

Poderes

Apropriação de recursos pelo Congresso gera distorções na saúde, diz economista

Estudo mostra que emendas não chegam a municípios que têm menos condições de promover serviços de Atenção Primária

Uma das áreas mais sensíveis e complexas do País, a saúde ilustra bem a distorção provocada pela apropriação do Orçamento pelo Legislativo, na avaliação da economista e diretora executiva da Fundação Tide Setúbal, Mariana Almeida.

“As emendas são dispersas e não estão sendo aplicadas segundo alguma lógica de busca

de resultados para os municípios que necessitam de mais investimentos nessa área, principalmente na atenção básica, que é um dever e atribuição municipal”, disse ela.

A conclusão se deu após estudo da fundação que avaliou o perfil dos investimentos feitos pelos parlamentares e revelou que esse dinheiro federal não está sendo direcionado para os municípios mais pobres e que possuem menos recursos para promover os serviços de Atenção Primária à Saúde, considerados a “porta de entrada” do sistema de saúde brasileiro – consultas, exames e vacinas.

A pesquisa considerou as emendas distribuídas a partir de 2018 e mostrou que, embora concentrem 46% da população brasileira, as cidades com uma cobertura de saúde classificada como precária receberam quatro vezes menos recursos do que aquelas com uma estrutura completa.

‘DESERTO’. A situação, disse o economista Marcos Mendes, exemplifica a disparidade relacionada às emendas parlamentares – enquanto alguns municípios recebem quantidade significativa de recursos, outros se tornam “desertos orçamen-

tários” por não terem representantes no Congresso.

A saúde tem recebido bilhões via emendas, sobretudo a partir de 2015, quando foi determinada a obrigatoriedade de execução, o chamado Orçamento impositivo, das emendas individuais. Como contrapartida, o texto constitucional estabeleceu que metade do valor fosse destinada à saúde.

“Daqui a pouco, o Executivo não terá mais um centavo para manejar no investimento federal. Esse foi um dos erros mais graves cometidos nos últimos anos na área fiscal e orçamentária”, disse o economista-chefe

da Warren Investimentos e ex-secretário da Fazenda de São Paulo, Felipe Salto.

As mudanças nas leis orçamentárias provocaram um aumento significativo das emendas individuais, resultando em pagamentos recordes de cerca de R\$ 22 bilhões em 2023, ante R\$ 3,7 bilhões em 2015. “Em nenhum lugar no mundo tem uma quantidade de emendas tão grande como no Brasil, isso dá margem para a corrupção. Com esse alto volume não dá para saber onde está sendo gasto”, afirmou Mendes.

Para o professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) Frederico Bertholini, com a falta de recursos que o governo pode direcionar reduzida, o custo da governabilidade aumenta. “Essas mudanças afetam as principais moedas de troca no jogo do presidencialismo de coalizão.” ● HJ. E.D.W.

LEILÃO JUDICIAL SOMENTE ONLINE

APARTAMENTO NO TATUAPÉ/SP
LOCALIZADO NA RUA PROFESSOR PEDREIRA DE FREITAS, N° 95

ÁREA ÚTIL DE 320,8299 M² **SITUADO NO 14º ANDAR DO EDIFÍCIO GREEN PARK** **COM 4 VAGAS DE GARAGEM**



PRÓXIMO À AVENIDA SALIM FARAH MALUF, A 2.5KM DO SHOPPING E METRÔ TATUAPÉ. GRANDE INFRAESTRUTURA NA REGIÃO, COM RESTAURANTES, BARES, MERCADOS E BANCOS NO ENTORNO.

1ª PRAÇA: 21/02/2024 ENCERRAMENTO ÀS 11H15
LANCE INICIAL R\$ 2.500.977

2ª PRAÇA: 14/03/2024 ENCERRAMENTO ÀS 11H15
LANCE INICIAL R\$ 1.500.587
60% DO VALOR ATUALIZADO DA AVALIAÇÃO.

APARTAMENTO n° 141, localizado no 14º andar do Edifício Green Park, contendo a área útil de 320,8299 m², área comum de 199,0013 m², perfazendo a área total construída de 519,8312 m². Matrículas n° 144.132, 144.133 e 144.134, todas do 9º CRI da Capital/SP. Contribuinte Municipal 054.289.0100-4, 054.289.0132-2 e 054.289.0133-0. Proc.: 1011014-76/2019.8.26.0008 - 3ª Vara e Ofício Cível do Foro Regional do Tatuapé/SP. Avaliação: R\$ 2.500.976,04. Int.: (11)2464-6463. Consulte as condições completas no site www.sodresantoro.com.br.



SODRÉ SANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.
Carolina Lauro Sodre Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP n° 758



Para entender

Como o dinheiro chega aos redutos dos parlamentares

● Emenda individual

É uma indicação que cada deputado ou senador tem direito de fazer ao Orçamento da

União, seja ele da base ou da oposição. Desde 2015, as emendas são impositivas, ou seja, o governo federal é obrigado a executar essas despesas

● ‘Emenda Pix’

Mecanismo permite transferência sem que o parlamentar defi-

na como deve ser usado o dinheiro pelo destinatário. Assim, prefeituras e governos estaduais têm liberdade para gastar a verba. Não há instrumento formal de prestação de contas

● Emenda de bancada

Parlamentares ainda têm direi-

to de fazer indicações em conjunto com a bancada de seus respectivos Estados. A execução das emendas de bancada também é obrigatória

● Emenda de comissão

Recurso indicado por comissões permanentes da Câmara e

do Senado para os ministérios correspondentes, como Saúde e Educação. Teoricamente, precisa ser destinada a ações de abrangência nacional, mas o Congresso driblou essa regra para abrigar parte dos recursos do orçamento secreto na modalidade